

Programa de Educação e Inclusão Financeira RAM

2023 - 2025



Enquadramento

A Direção Regional da Cidadania e dos Assuntos Sociais (DRAS), da Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania (SRIC), tem sob a sua alçada a Direção de Serviços do Consumidor (DSC), um organismo de natureza pública e gratuita, cuja missão envolve a definição e execução da política de defesa do consumidor, com vista a assegurar um elevado nível de proteção (artigo 3.º da Portaria n.º 386/2020, de 28 de julho).

No âmbito de atuação da DSC encontra-se, designadamente, a celebração de acordos e parcerias impulsionadoras da defesa do consumidor (alínea h) do n.º 2 do artigo 3.º da referida Portaria), bem como, a promoção da literacia financeira e a implementação de medidas preventivas de endividamento e sobre-endividamento (alínea j) e k) do n.º 2 do artigo 3.º).

A DRAS, através da DSC, tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas, no domínio da educação financeira, que envolvem, designadamente, a dinamização de ações de sensibilização, com o objetivo de capacitar os consumidores, neste âmbito, e de prevenir potenciais situações de endividamento excessivo e sobre-endividamento.



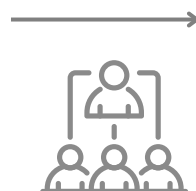


A DSC tem, igualmente, apostado na ampla divulgação de conteúdos informativos sobre esta temática, quer por via digital (*newsletters*, folhetos, alertas) quer através da participação em diferentes meios de comunicação social.

Desde 2013, a DSC integra a Rede de Apoio ao Consumidor Endividado (RACE), tendo, neste âmbito, como missão informar, apoiar e acompanhar os consumidores com dificuldades no cumprimento de contratos de crédito, reforçando e ampliando, assim, a sua área de intervenção.

Atualmente, a educação financeira continua a representar uma prioridade, que se acentua no atual contexto socioeconómico, face ao inevitável aumento dos riscos financeiros para as famílias e empresas.

DSC



RACE

Por outro lado, os novos desafios que advêm da aceleração da transformação digital, o surgimento de novos produtos e serviços financeiros, assim como, a crescente importância dos canais digitais na contratação dos mesmos, exigem respostas adequadas.

Esses desafios emergem, também, de fenómenos como as alterações climáticas, tornando premente a necessidade de os consumidores contribuírem, através das suas escolhas e decisões financeiras, para uma economia mais sustentável, decisões que considerem os impactos ambientais e que se repercutam, positivamente, numa melhor qualidade de vida.

Estas preocupações alinham-se com os propósitos da União Europeia, contidos na Agenda do Consumidor Europeu, em vigor até 2025, que privilegia, a par do investimento contínuo na proteção dos consumidores e das suas necessidades específicas, o reforço da sua resiliência e da sua capacitação, para que desempenhem um papel ativo, na dupla transição, ecológica e digital.





Considerou-se, assim, de toda a premência, reforçar a educação financeira das famílias da Região Autónoma da Madeira, através de formação adequada, próxima e direcionada, mobilizando estratégias preventivas de redução de riscos de endividamento e sobre-endividamento e incentivando atitudes e comportamentos financeiros mais responsáveis, resilientes, sustentáveis e inclusivos.

Neste contexto, surge o Programa de Educação e Inclusão Financeira RAM 2023-2025, cujas metas, objetivos, parcerias, operacionalização e linhas de ação são apresentadas ao longo deste documento.



METAS

O Programa de Educação e Inclusão Financeira na RAM tem como principal meta:

Desenvolvimento de um programa de educação financeira inclusivo, direcionado e de qualidade, dirigido à comunidade em geral, com especial incidência sobre os consumidores financeiramente mais vulneráveis, através da dinamização de ações de sensibilização, em todos os municípios da RAM, por técnicos especializados e qualificados.



Promover a plena inclusão financeira das famílias da RAM, reforçando a sua educação financeira e combatendo a iliteracia financeira.



Objetivos

Para atingir a meta a que nos propomos, foram traçados os seguintes objetivos:

01

Promover o conhecimento e a compreensão de conceitos e relações financeiras elementares.



02

Estimular a perceção de riscos e benefícios associados à tomada de decisões financeiras.



03

Capacitar os consumidores para uma gestão do orçamento familiar, de forma mais correta, equilibrada, consciente e responsável.



04

Contribuir para a transição sustentável da economia, incentivando atitudes e escolhas de consumo que considerem dimensões de impacto socioambiental.



05

Promover o desenvolvimento de competências digitais de inclusão financeira, facilitando a identificação e redução de riscos associados à subscrição de produtos e serviços financeiros por via digital.



06

Prevenir e reduzir potenciais situações de endividamento e sobre-endividamento e a consequente vulnerabilidade financeira das famílias.



07

Facilitar o reconhecimento de fatores psicossociais, que influenciam o processo de tomada de decisões financeiras, enaltecendo a importância da economia comportamental.



Destinatários

Este projeto destina-se à comunidade em geral, com especial incidência sobre os jovens e a população adulta com maiores vulnerabilidades socioeconómicas, materializando-se através da dinamização de ações de sensibilização sobre literacia financeira em todos os municípios da RAM.



As ações serão direcionadas a públicos-alvo estratégicos, através da adequação das temáticas às necessidades específicas e diferenciadas de cada Município, que assumem um papel muito importante na seleção do público a abranger, pelo contacto privilegiado e pela proximidade que têm com determinados grupos de consumidores.



Parceiros

Para além de todos os Municípios da RAM, contamos, também, com a valiosa colaboração dos três supervisores financeiros: o Banco de Portugal (BdP), a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) - instituições responsáveis pela implementação do Plano Nacional de Formação Financeira - e com as quais a Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania (SRIC) assinou, no dia 4 de novembro de 2022, um Protocolo de Cooperação.

O Protocolo de Cooperação estabelece os termos e condições da colaboração institucional entre os três supervisores e a SRIC, no âmbito do Plano Nacional de Formação Financeira, tendo em vista a definição e implementação de iniciativas que promovam e reforcem a formação financeira dos cidadãos da RAM.

Programa de Educação e Inclusão Financeira - RAM

CONVITE - Sessão de Apresentação

4
NOV
2022

11:00
HORAS

Salão Nobre
Governo Regional da Madeira



Assinatura do Protocolo de Cooperação

Entre

Secretaria Regional de
Inclusão Social e Cidadania

Banco de Portugal

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Para além destes parceiros, o presente projeto envolve outros organismos da SRIC, como, o Instituto de Emprego da Madeira IP-RAM, o Instituto de Segurança Social da Madeira IP-RAM, o Centro Comunitário Regional, bem como, a Associação de Casas do Povo da RAM, ambicionando, no futuro, contar com outros parceiros, como sejam, Instituições de Ensino Superior, Associações Empresariais, entre outros, pelo contacto estratégico com públicos que pretendemos abranger.



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA



COMISSÃO DO MERCADO
DE VALORES MOBILIÁRIOS

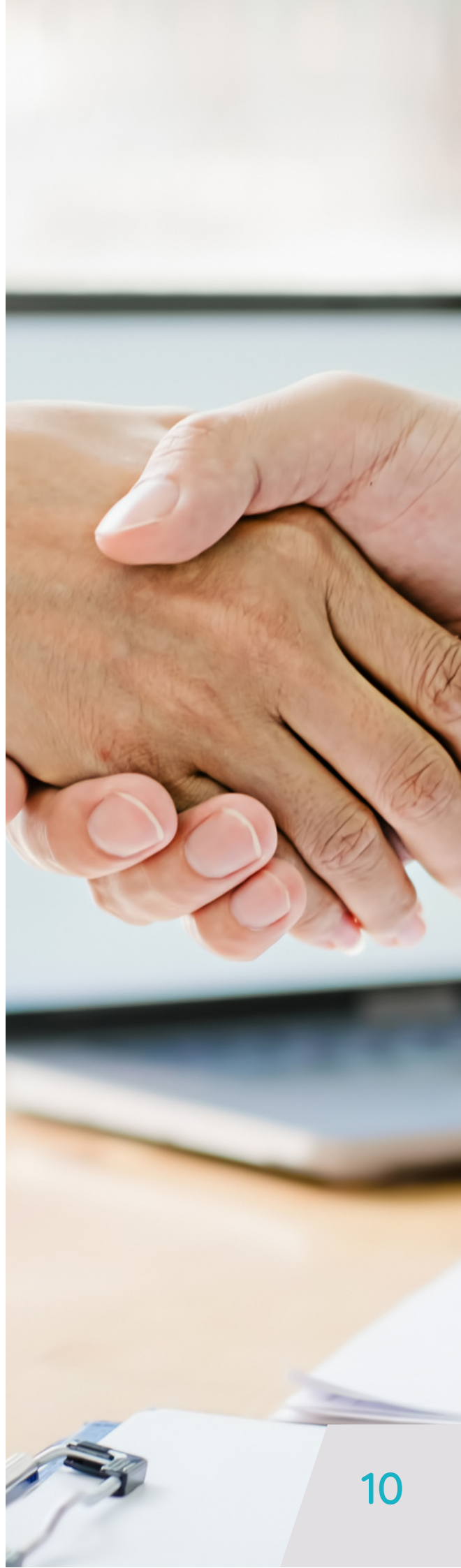
ASF

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO
DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES



AMRAM

Associação de Municípios da
Região Autónoma da Madeira



Avaliação

INDICADORES DE AVALIAÇÃO

- ✓ N.º de sessões de sensibilização dinamizadas
- ✓ N.º de pessoas abrangidas
- ✓ N.º de parceiros envolvidos
- ✓ Resultados dos inquéritos

A avaliação do impacto das iniciativas do plano de educação e inclusão financeira será realizada através do preenchimento de um questionário, por parte dos beneficiários do programa,

QUESTIONÁRIO

O objetivo é aferir o grau de satisfação relativamente à adequação e pertinência dos conteúdos ministrados, à duração das ações e às metodologias adotadas, assim como, o grau de conhecimento dos conteúdos, antes e depois das sessões de formação, possibilitando a monitorização e o ajustamento contínuo das mesmas, ao longo do período de implementação do programa.

FEEDBACK DOS PARCEIROS

O *feedback* dos parceiros, assim como, o número de iniciativas implementadas e os meios envolvidos na sua execução serão medidas de acompanhamento do programa, que promoverão uma monitorização mais eficiente, visando igualmente a respetiva melhoria contínua.

RELATÓRIO ANUAL

Anualmente, será realizado um relatório das medidas de impacto das iniciativas do programa, que será divulgado publicamente e partilhado com os parceiros envolvidos, bem como, com os supervisores financeiros.



Programa de Educação e Inclusão Financeira RAM

2023 - 2025



Região Autónoma
da Madeira
Governo Regional

Secretaria Regional
de Inclusão Social e Cidadania

Direção Regional da Cidadania e dos Assuntos Sociais